



Alegre, 09 de novembro de 2023.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 047/2023

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Cumprimentando –lhes, remetemos em anexo, o Projeto de Lei nº 047/2023 desta data, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação terceirizada de serviços na Administração pública do município de Alegre.

Justifica-se a presente propositura legislativa, considerando que a terceirização é um instituto oriundo do Direito Público que visa a execução de serviços, notadamente os serviços, por intermédio de terceiros, vez que tais serviços não caracterizam e nem estão relacionados diretamente ao objetivo principal da competência e atribuição do órgão, trata-se de serviços acessórios, contudo essenciais, porém sem relação direta com a atividade-fim, finalística da Administração Pública Municipal, em especial na vertente de políticas públicas desenvolvidas eminentemente de caráter estatal.

Estudos desenvolvidos pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM, bem como entidades estatais, tem demonstrado que tais serviços executados por empresas terceirizadas, tendem a reduzir os custos, apresentando uma melhora significativa no desenvolvimento e execução dos serviços ofertados à população, sempre realizados com eficiência, agilidade, presteza e dinamismo, atributos estes, muitas das vezes ausentes no complexo e seio funcional da Administração Pública Municipal, que termina por se envolver na observância de um leque de direitos e privilégios profissionais característicos do Poder Público.

Assim, com relação às atividades terceirizadas, a jurisprudência e a doutrina costumam diferenciá-las em atividades-meio e atividades-fim. Como mencionado, entende-se por atividades-fim aquelas relacionadas com objetivo final dos órgãos públicos municipais, enquanto às atividades referem-se àquelas destinadas ao suporte ou apoio necessário para o processo de produção das enfáticas políticas públicas de responsabilidade estatal e finalística da Administração Pública Municipal, as quais deverão ser reservadas, executadas e desempenhadas por servidores públicos devidamente concursados.

Isto posto, considerando a extrema necessidade de se proceder os ajustes pertinentes para a efetiva contratação de diversos serviços, a ponto de não



propiciar solução de continuidade nos serviços da Administração Pública Municipal, apesar de meio, porém essenciais ao funcionamento dos órgãos públicos municipais, solicitamos que seja dispensado ao presente Projeto de Lei, o regime de urgência, urgentíssima na apreciação e deliberação do mesmo, de acordo o regramento interno dessa Casa de Leis.

Atenciosamente


NEMROD EMERICK - NIRRÔ
Prefeito Municipal